



COMMISSION SOUS-RÉGIONALE DES PÊCHES
SUB-REGIONAL FISHERIES COMMISSION



CSR/P. Quarenta anos de
cooperação para a pesca e
aquacultura sustentáveis

Edição

Comissão Sub-Regional das Pescas (CSRP)
www.spcsrp.org

Responsável de publicação

Dr. Khallahi BRAHIM, Secretário Permanente da CSRP

Comissão Editorial e Científica

Abdou Khadir DIAKHATÉ, responsável HPL da CSRP
Mouhamadou Makhtar SECK, responsável pelos serviços Financeiros e de Contabilidade
Mika DIOP, Consultor CSRP
Maria ANDRADE, Secretária Bilingue, CSRP
Patrice BREHMER, Assessor Científico do Secretário Permanente

Com a amável contribuição de

Yacine DIOP, antiga responsável dos Recursos Humanos
Makane NDIAYE, consultor MCF
Demba KANE, antigo coordenador do PRAO
Amadou Hamady DIOP,
Babacar BA, antigo chefe do departamento de Fiscalização das pescas

Design Gráfico

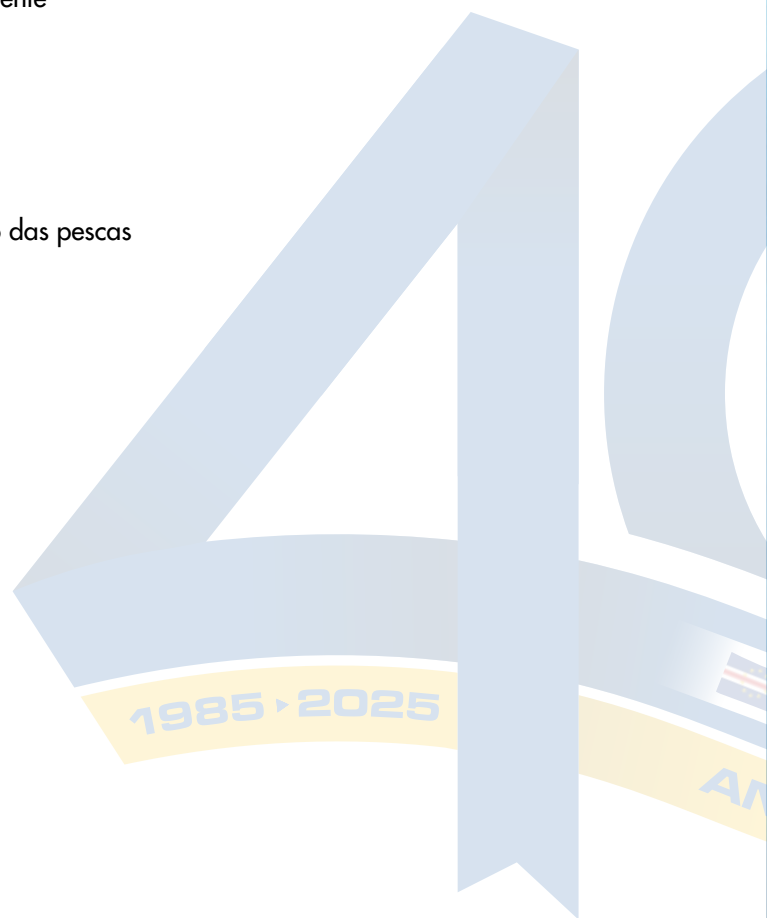
Larochette Dakar - Comptoir Graphique

Fotografias

© CSRP, © IRD

Impressão

Larochette Dakar, Dakar, Sénégal



Créditos e Taxas

© CSRP, 2025. Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução, mesmo parcial, de textos, mapas e ilustrações sem autorização prévia da editora. Com vista a qualquer pedido de utilização ou reprodução, contacte spcsrp@spcsrp.org

RESUMO

ABREVIATURAS

PREÂMBULO

I. CSRP - QUATRO DÉCADAS DE COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DAS PESCAS NA ÁFRICA OCIDENTAL

II.1. CRIAÇÃO DA CSRP: GÉNESE E EVOLUÇÃO DE UMA VISÃO COMUM	6
II.2. OBJETIVOS E MISSÃO: UM MANDATO AO SERVIÇO DE UMA PESCA SUSTENTÁVEL	7
II.3. ZONA CSRP: UMA ZONA MARÍTIMA RICA E ESTRATÉGICA	8
II.4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL: GOVERNAÇÃO EFICAZ E INCLUSIVA	9
II.5. RECONHECIMENTO REGIONAL E INTERNACIONAL	9

II. UMA DINÂMICA DE PARCERIA PARA UMA PESCA SUSTENTÁVEL

II.1. QUARENTA ANOS DE COOPERAÇÃO E PARCERIAS PARA UMA PESCA SUSTENTÁVEL	11
II.2. PROJETOS E SEUS IMPACTOS	11

III. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES E SUCESSOS

II.1. HARMONIZAÇÃO DAS POLÍTICAS E DA LEGISLAÇÃO	18
II.2. INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E GESTÃO DAS PESCAS	18
III.3. MONITORAMENTO, CONTROLO E FISCALIZAÇÃO DAS PESCAS	21

IV. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS: 40 ANOS DE COMPROMISSO, UM RUMO REFORÇADO PARA O FUTURO

IV.1. LANÇAMENTO DAS FUNDAÇÕES	24
IV.2. RUMO A UMA GOVERNAÇÃO SUB-REGIONAL ESTRUTURADA	
IV.3. A INTEGRAÇÃO ENTRE CIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE	
IV.4. UM NOVO RUMO PARA 2025-2029	
IV.5. UMA TRAJETÓRIA DE CONSOLIDAÇÃO E ADAPTAÇÃO CONTÍNUA	

ABREVIATURAS

ADEPA: Associação da África Ocidental para o desenvolvimento da pesca artesanal

AFD: Agência Francesa de Desenvolvimento

AIS: Sistema de Identificação Automática

PSMA/PSMA: Acordo sobre Medidas do Estado do Porto

AMP: Área Marinha Protegida

AU-IBAR: Gabinete Inter africano para os Recursos Animais da União Africana

AWA: Projeto Abordagem ecos sistémica da pesca e da gestão do ambiente marinho nas águas da África Ocidental

BBI: Blue Belt Initiative

CAOPA: Confederação Africana das Organizações Profissionais da Pesca Artesanal Africana

CC: Comité de Coordenação da CSRP

CEDEAO: Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CSCS: Convenção sobre a Monitorização, Controlo e Fiscalização

CM: Conferência de Ministros

CMA: Convenção sobre as Condições Mínimas de Acesso

CNSHB: Centro Nacional de Ciências das Pescas em Boussoira, Guiné

COMHAFAT: Conferência Ministerial sobre a Cooperação em matéria de Pescas entre os Estados Africanos Ribeirinhos do Oceano Atlântico

CSE: Centro de Monitorização Ecológica

CSRP: Comissão Sub-Regional das Pescas

DPSP: Direção de Proteção e Fiscalização das Pescas

DRSI: Departamento de Pesquisa e Sistemas de Informação

EAMME: Abordagem ecos sistémica da pesca e da gestão do meio marinho

FAO: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FEM: Fundo Mundial para o Ambiente

FIBA: Fundação Internacional Banc d'Arguin

GOWAMER: Governação, Política de Gestão de Recursos Marinhos e Redução da Pobreza na Ecorregião WAMER

GT: Grupo de Trabalho

HPL: Harmonização de Políticas e Legislação

ICAWA: Conferência Internacional AWA

IMBO: Instituto de Biologia Marinha e Oceanografia, Serra Leoa

IMROP: Instituto Mauritano de Investigação Oceanográfica e Pescas, Mauritânia

INIPO: Instituto Nacional de Investigação, Pesquisa e Oceanografia, Guiné-Bissau

INN: pesca ilegal, não declarada e não regulamentada

IRD: Instituto de Investigação para o Desenvolvimento (ex-Orstom)

ISRA/CRODT: Centre de Recherches Océanographiques de Dakar Thiaroye, Senegal

MFWR/FD: Departamento das Pescas, Gâmbia

NEPAD: Nova Parceria para o Desenvolvimento de África

ODD: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PAN: Plano de Ação Nacional

PAR : Plano de Ação Regional

PESCAO Projeto Melhoria da governação regional das pescas na África Ocidental

PNBA: Parque Nacional Banc d'Arguin

PRAO: Programa Regional de Pescas da África Ocidental

PS: Plano Estratégico

PARS-Tubarões: Plano de Ação Sub-Regional para os Tubarões

RMC: Recursos Marinhos e Costeiros

SCS: Monitorização, Controlo e Fiscalização

TIDM/ITLOS: Tribunal Internacional do Direito do Mar

TMT: Trygg Mat Tracking

UA: União Africana

UBC: Universidade da Colúmbia Britânica

ONU: Organização das Nações Unidas

VM: Sistema de localização dos navios via satélite

ZEE: Zona Económica Exclusiva

PREÂMBULO

Dr Khallahi BRAHIM
Secretário Permanente
do CSRP



O relatório da FAO de 2024 sobre o estado da pesca e da aquicultura a nível mundial destaca um crescimento lento, mas constante da produção, que atingiu 223 milhões de toneladas em 2022. Pela primeira vez, a produção da aquicultura ultrapassou a da pesca de captura, atingindo 131 milhões de toneladas. Esta tendência reflete uma importante mudança estrutural na oferta mundial de produtos aquáticos

Em África, estima-se que a produção combinada da pesca e da aquicultura represente apenas cerca de seis por cento do total mundial. No entanto, esta estimativa esconde uma realidade mais complexa. A estatística oficial da FAO privilegia sempre o registo das capturas de acordo com a nacionalidade das frotas, em detrimento da tomada em consideração das zonas marinhas onde essas capturas são efetivamente efetuadas. Desta forma, a lógica da ferramenta prevalece sobre a do território, contribuindo para subestimar a contribuição real das águas africanas - e das águas da África Ocidental em particular - a a produção mundial de haliêutica.

O potencial de crescimento do setor na nossa sub-região continua a ser considerável, tanto devido às lacunas relacionadas com uma melhor governação das pescas como às vastas oportunidades oferecidas pelo desenvolvimento da aquicultura, que ainda está, em grande medida, por explorar. Os países membros da CSRP formam uma área historicamente rica em recursos marinhos com potencial aquícola subvalorizado. É evidente que o sector das pescas e da aquicultura pode produzir mais e melhor, ao serviço do desenvolvimento sustentável do nosso espaço comum.

No entanto, este potencial enfrenta muitas ameaças. A supercapacidade da frota, acompanhada pelo aumento da sobrepesca, conduziu a um declínio preocupante das stocks de muitas espécies essenciais, como a sardinela. Os recursos pelágicos e demersais transfronteiriços são um bem renovável para os nossos concidadãos, infinito e, portanto, inestimável, desde que sejam bem geridos. Estão também no centro da nossa cultura, ao mesmo tempo que representam uma

importante fonte de divisas graças às exportações, que devem ser ainda mais diversificadas e reforçadas através de produtos transformados com maior valor acrescentado.

As alterações climáticas e ambientais, que se tornaram uma realidade inevitável, estão a perturbar não só o planeamento, mas também a gestão sustentável e a governação a longo prazo das pescas, devido à crescente incerteza e à falta de informações fiáveis. Ao mesmo tempo, a poluição e as pressões antropogénicas sobre as zonas costeiras aceleram a degradação dos ecossistemas marinhos e costeiros. A perda ou alteração de habitats críticos afeta a produtividade dos ecossistemas. A diminuição da abundância de recursos haliêuticos está sendo observada em todos os nossos Estados-membros, com consequências diretas para a segurança nutricional, a soberania alimentar e a biodiversidade.

Para além disso, acrescenta a expansão contínua da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN), que causa grande perdas económicas, e compromete os esforços de gestão sustentável, enfraquece os ecossistemas e mina os progressos no sentido de uma governação equitativa e responsável do setor.

Num mundo cada vez mais estruturado em torno de blocos regionais, é mais necessário do que nunca que os nossos Estados-membros, que partilham o mesmo ecossistema marinho - marcado por dinâmicas biológicas, ecológicas, económicas, socioculturais e físicas largamente comuns - unam os seus esforços. Perante desafios comuns, só uma abordagem coletiva baseada na solidariedade permitirá ultrapassar os desafios que impedem o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura.

Foi neste sentido que a Comissão Sub-Regional das Pescas (CSRP) foi criada há 40 anos para reforçar a cooperação entre estado, harmonizar as políticas de pesca, promover a investigação científica e estabelecer mecanismos concertados para uma gestão sustentável, equitativa e responsável dos recursos marinhos, em benefício das gerações atuais e futuras.

I.CSRP - QUATRO DÉCADAS DE COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DAS PESCAS NA ÁFRICA OCIDENTAL



I.1. CRIAÇÃO DA CSRP: GÊNESE E EVOLUÇÃO DE UMA VISÃO COMUM

I.1.1. Início do desejo de encontrar uma resposta comum aos grandes desafios da sub-região

A costa ocidental africana é banhada alternadamente pela corrente das Canárias, vinda do Norte, uma corrente fria, e pela corrente subtropical da Guiné, vinda do Sul, uma corrente quente. Nesta zona, podem ser encontradas espécies temperadas e tropicais. A zona é também conhecida pelos seus fenómenos de afloramento, que enriquecem regularmente as águas superficiais. As águas oceânicas da África Ocidental, tanto costeiras como marinhas, são altamente produtivas, suportando uma diversidade biológica significativa e uma abundância de recursos haliêuticos de elevado valor social e económico, que são altamente cobiçados e por vezes disputados em benefício das gerações atuais e futuras.

A pesca desempenha um papel económico e social fundamental na sub-região e é um dos sectores mais dinâmicos. A sua forte contribuição para os equilíbrios macroeconómicos, o seu potencial intrínseco de crescimento e a sua contribuição para o emprego e a segurança alimentar fazem dela um sector prioritário nas várias políticas nacionais da sub-região. No entanto, o sector das pescas continua a enfrentar grandes desafios, tais como os efeitos das alterações globais, a erosão da biodiversidade, a expansão da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada

(INN) e a explosão da capacidade de pesca - desafios que afetam todos os seus Estados membros e não só, tanto agora como no futuro.

Com vista a fazer face a muitos destes desafios que cinco países da sub-região se reuniram em Dakar, em outubro de 1976, para iniciar um processo de reflexão destinado a identificar uma resposta comum adequada. A 29 de março de 1985, em Dakar, Cabo Verde, Gâmbia, Guiné-Bissau, Mauritânia e Senegal decidiram criar a CSRP, uma organização intergovernamental de cooperação no domínio das pescas. O objetivo da iniciativa era reunir recursos para enfrentar coletivamente os grandes desafios do sector, que não conhece fronteiras. A República da Guiné aderiu à CSRP em 1986, seguida da Serra Leoa em 2004, elevando o número total de Estados membros a sete.

I.1.2. Evolução institucional progressiva

Desde a sua criação, a CSRP passou por uma fase de estruturação progressiva, na qual o Senegal era responsável pela gestão da organização, nomeadamente através da nomeação do Secretário Permanente. Esta configuração, baseada numa coordenação estreita, permitiu lançar as bases funcionais da Comissão, prefigurando a sua futura ancoragem regional. A grande viragem ocorreu em 1992, numa reunião ministerial realizada na Mauritânia, quando os Estados-Membros acordaram em dotar a CSRP de um orçamento autónomo, financiado pelas quotas anuais dos membros.

Esta etapa decisiva para a autonomia financeira concretizou-se no ano seguinte em Conacri, na República da Guiné.

Este passo decisivo para a autonomia financeira concretizou-se no ano seguinte, em Conacri, na República da Guiné. De facto, em 1993, sob a presidência de Cabo Verde, a estrutura organizativa da CSRP foi ainda mais consolidada. Foi nesta ocasião que foi criado o cargo de Secretário Permanente Adjunto, e foi formalmente estabelecido um mandato de quatro anos para o Secretário Permanente. No mesmo espírito, foi criado um sistema de contribuição financeira diferenciada, tendo em conta as capacidades económicas respetivas de cada Estado-membro. Este período marca, assim, uma importante transição para uma governação mais institucionalizada, coletiva e sustentável, baseada nos princípios da solidariedade e da coresponsabilidade.

Ao longo das décadas, a CSRP demonstrou a sua capacidade de adaptação, ajustando a sua estrutura e o seu modo de funcionamento para responder à evolução dos desafios do sector das pescas, mantendo-se fiel à sua missão principal de cooperação sub-regional. Em 2009, esta evolução dinâmica conduziu a uma importante reforma institucional, com a criação de três departamentos técnicos: Harmonização das Políticas e da Legislação das Pescas, Investigação e Sistema de Informação e Acompanhamento, Controlo e Vigilância da Gestão das Pescas. O objetivo desta nova organização era reforçar as competências internas e estruturar melhor as ações da CSRP em função das suas prioridades operacionais. No entanto, esta reforma ambiciosa deparou-se com condicionalismos recorrentes, nomeadamente de carácter financeiro

Ciente da necessidade de alinhar os recursos com as ambições, a Conferência dos Ministros, reunida em sessão ordinária em Freetown em 2018 e em sessão extraordinária na Praia em 2019, encarregou o Secretário Permanente “de proceder à uma auditoria organizacional e financeira da CSRP”. Este estudo, tal como validado pela 21ª sessão ordinária da Conferência de Ministros realizada em Dakar em 2023, tinha um duplo objetivo: melhorar a eficácia e a eficiência das operações internas, ao mesmo tempo que reorientava as missões da CSRP para um perímetro realista, alinhado com as capacidades financeiras reais da organização. Esta vontade de reforma profunda reflete a maturidade institucional da CSRP, que é capaz de se questionar e reinventar quando as circunstâncias o exigem, sempre ao serviço dos Estados-membros e da governação sustentável dos recursos haliêuticos partilhados.

1.2. OBJETIVOS E MISSÃO: UM MANDATO AO SERVIÇO DE UMA PESCA SUSTENTÁVEL

11.2.1. Uma visão centrada na cooperação regional

A CSRP visa reforçar a cooperação entre os seus Estados membros com vista a uma melhor integração sub-regional através da harmonização a longo prazo das políticas e da legislação para a preservação, conservação e exploração sustentável dos recursos haliêuticos. Estes objetivos inscrevem-se numa visão global baseada numa abordagem colaborativa que permite partilhar as experiências e os recursos dos Estados-membros para responder aos desafios comuns relacionados com a gestão sustentável dos recursos haliêuticos.

11.2.2. Missões estratégicas claramente definidas

No centro da sua ação, a Comissão Sub-Regional das Pescas está empenhada em reforçar a cooperação no domínio das pescas entre os seus sete Estados-membros: Cabo Verde, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Mauritânia, Senegal e Serra Leoa. Esta abordagem de colaboração regional visa criar sinergias duradouras, em especial permitir que os países que desenvolveram políticas de pesca bem-sucedidas de partilhar as suas experiências e fazer beneficiar toda a sub-região.

A fim de atingir o seu objetivo, a CSRP adotou um conjunto de missões estratégicas, claramente definidas nos seus primeiros anos e consolidadas ao longo do tempo. Procurou assim harmonizar as políticas de preservação, conservação e exploração sustentável dos recursos haliêuticos, condição essencial para uma governação coerente num espaço marítimo partilhado. Promove igualmente a integração sub-regional, reforçando a colaboração entre os Estados-membros ao serviço do bem-estar das populações e da soberania alimentar.

Nas instâncias continentais e internacionais, a CSRP carrega a voz coletiva de seus membros, promovendo estratégias comuns, fortalecendo assim seu peso diplomático e sua capacidade de influência. Apoia também ativamente a aplicação de políticas de gestão sustentável das pescas, assegurando que os interesses das comunidades costeiras sejam conciliados com os imperativos de conservação.

Consciente da importância da transparência e do cumprimento da regulamentação, a Comissão investe também no desenvolvimento de sistemas de monitorização, controlo e fiscalização, que

constituem a pedra angular da luta contra a pesca ilegal. Por último, confere um lugar central à investigação científica colaborativa e à consolidação de sistemas de informação eficientes, acreditando que o conhecimento partilhado é a base para uma gestão eficaz e equitativa dos recursos marinhos.

1.3. ZONA CSRP: UMA ZONA MARÍTIMA RICA E ESTRATÉGICA

1.3.1. Uma sub-região com recursos marinhos excepcionais

A zona geográfica da CSRP beneficia de condições hidrológicas e ecológicas excepcionais, graças, em particular, ao fenómeno do afloramento no Norte e aos fatores de produção continentais no Sul, que resultam numa produtividade marinha que se encontra entre as mais elevadas do mundo.

A zona de competência da CSRP abrange as Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) dos Estados-membros, são mais de 4 milhões de km² com uma costa de cerca de 3 500 km ao longo do Oceano Atlântico Norte. Esta zona marítima com uma riqueza piscatória única é um património natural vital para as populações da sub-região. Os recursos são variados e incluem principalmente recursos pelágicos (grandes e pequenos) e demersais de cefalópodes (por exemplo, polvo, choco, lula), crustáceos (por exemplo, camarões, lagostas, caranguejos) e peixes (por exemplo, thiof, dourada) de elevado valor comercial.

1.3.2. Grande importância socio-económica e papel-crucial na segurança alimentar

A zona CSRP abrange uma população de cerca de 50 milhões de pessoas, 70% das quais vivem na zona costeira e quase um milhão de pescadores. Com um consumo médio estimado de 20 kg de peixe per capita por ano, os recursos haliêuticos são um pilar fundamental da dieta sub-regional e não só (por exemplo, o abastecimento a países sem litoral, como o Mali ou o Burkina Faso).

As capturas anuais da pesca marítima atingem 2 milhões de toneladas, composta de 80% em biomassa das quais são constituídas por pequenos pelágicos (por exemplo, sardinha, carapau, etmalose). Estas espécies, que são as mais consumidas na sub-região, desempenham um papel importante na segurança alimentar e contribuem significativamente para o bem-estar nutricional das populações da África Ocidental, fornecendo uma parte significativa das proteínas animais consumidas diariamente pelas populações (48% dos peixes).

1.3.3. Um sector gerador de emprego e rendimento

O sector das pescas, maioritariamente artesanal na zona CSRP, contribui significativamente para a luta contra a pobreza. A atividade desenvolvida por cerca de 50.000 pirogas e mais de 1.000 embarcações de pesca industrial nacionais e estrangeiras, gera quase um milhão de empregos diretos e indiretos. As pescas representam um pilar das economias dos Estados-membros, graças a um contributo significativo das divisas e ao seu forte contributo para as exportações para os mercados internacionais. O valor anual estimado das capturas atinge 930 mil milhões de francos CFA (XOF) (1,5 mil milhões de USD), ilustrando o considerável peso económico do sector na sub-região.



I.4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL: GOVERNAÇÃO EFICAZ E INCLUSIVA

A CSRP dispõe de três órgãos de gestão que garante o bom funcionamento e facilita a execução dos seus objetivos.

I.4.1. A Conferência dos Ministros



A Conferência de Ministros é o órgão supremo de decisão e reúne os ministros responsáveis pelas pescas dos sete Estados-membros. Define a direção política e estratégica da organização, aprova planos de trabalho e orçamentos e toma decisões importantes sobre o seu funcionamento. A Presidência em exercício da Conferência de Ministros é exercida sucessivamente por cada um dos Ministros responsáveis pelas pescas, por ordem alfabética dos Estados-membros da CSRP, por um período de dois anos. A Conferência dos Ministros reúne-se em sessão ordinária de dois em dois anos e, se necessário, em sessões extraordinárias.

I.4.2. O Comité de Coordenação

Composto pelos Diretores das Pescas ou por qualquer outro especialista designado pelos Estados-membros, o Comité de Coordenação da CSRP é o órgão técnico consultivo da Conferência de Ministros. Ele colabora com o Secretariado Permanente na organização das reuniões da Conferência dos Ministros, examina questões técnicas e formula recomendações. Este comité desempenha um papel decisivo na preparação e no acompanhamento dos programas e projetos da Comissão. Reúne-se pelo menos uma vez por ano em sessão ordinária e, se necessário, em sessões extraordinárias. A presidência em exercício é assegurada pelo diretor das pescas ou por qualquer outro especialista designado pelo Estado-membro que exerce a Presidência da Conferência dos Ministros.

I.4.3. O Secretariado Permanente



Sediado em Dakar, Senegal, o Secretariado Permanente é o órgão executivo da CSRP. É dirigido por um Secretário Permanente nomeado por um período de quatro anos não renovável. O Secretariado Permanente é responsável pela gestão corrente da organização, pela aplicação das decisões da Conferência dos Ministros e pela execução dos planos de trabalho, programas e projetos da CSRP. Na sequência de uma reforma organizacional adotada em 2023, a estrutura do Secretariado Permanente foi otimizada para aumentar a eficiência e a eficácia. Esta reorganização permitiu adaptar a instituição aos desafios atuais, preservando simultaneamente a sua capacidade de cumprir a sua missão fundamental de reforçar a cooperação regional no domínio das pescas.

Durante 40 anos, a CSRP concretizou o desejo comum dos seus Estados-membros de preservar os seus recursos haliêuticos e promover uma pesca sustentável em benefício das gerações presentes e futuras.

I.5. RECONHECIMENTO REGIONAL E INTERNACIONAL

Ao longo das décadas, a CSRP afirmou-se como um ator fundamental da cooperação no domínio das pescas na África Ocidental. Criada através da convenção em 1985, dispõe atualmente de um estatuto jurídico consolidado, de uma personalidade jurídica reconhecida e de um conjunto completo de regulamentos, incluindo o regulamento interno, o

estatuto do pessoal e um manual de procedimentos administrativos, contabilísticos e financeiros. Esta base jurídica confere à Comissão a legitimidade necessária para atuar eficazmente num ambiente regional e internacional complexo.

Reconhecida pela sua competência e pela sua capacidade de unir os esforços dos seus Estados-membros em torno de desafios comuns, a CSRP



distinguiu-se através da estruturação de parcerias com organizações como a CEDEAO, a União Africana, a FAO e o Tribunal Internacional do Direito do Mar (ITLOS). O sucesso desse caso constitui um precedente histórico para uma organização internacional, atestando a sua capacidade técnica e jurídica.

Consciente da importância estratégica da sua visibilidade, a CSRP também reforçou a sua comunicação corporativa. Tem identidade gráfica própria, um site (<https://spsr.org>), e é ativo nas redes sociais. Realizou vários filmes documentários, brochuras e materiais de sensibilização que completam este esforço de abertura, com o objetivo de sensibilizar o público em geral, os decisores políticos e os parceiros internacionais sobre o desafio da pesca sub-regional. Por último, duas publicações periódicas — um boletim informativo quinzenal e um FlashNews trimestral — asseguram um acompanhamento regular das atividades da Comissão.

Este reconhecimento multifacetado baseia-se na idade, rigor e relevância das ações realizadas, posicionando a CSRP como uma organização de referência na governação dos recursos marinhos na África Ocidental.



II. UMA DINÂMICA DE PARCERIA PARA UMA PESCA SUSTENTÁVEL

III.1. QUARENTA ANOS DE COOPERAÇÃO E PARCERIAS PARA UMA PESCA SUSTENTÁVEL

A CSRP desenvolveu uma parceria diversificada com objetivo de cumprir a sua missão. Nesse sentido se abriu a uma ampla colaboração e a uma forte rede de parcerias, a nível sub-regional, regional, continental e internacional, tecidas em torno de valores partilhados e objetivos comuns. Este tipo de parceria cria possibilidades do desenvolvimento de programas e projetos de grande impacto.



Uma dinâmica de parceria no centro da ação

A CSRP trabalha em estreita colaboração com os seus parceiros de desenvolvimento para conceber, pilotar e implementar projetos ambiciosos e inovadores que satisfaçam as expectativas dos nossos Estados-membros. Estas colaborações reforçam as capacidades dos Estados-membros, melhoram a governação das pescas, promovem a investigação científica marinha e apoiam a resiliência aos desafios globais, ambientais e climáticos.

Cooperação sub-regional reforçada

A CSRP colabora ativamente no reforço da cooperação entre os seus Estados-membros, promovendo uma gestão concertada e equitativa dos recursos partilhados. Funciona como catalisador do diálogo, da harmonização das políticas e da ligação em rede das administrações das pescas, dos serviços de fiscalização e dos centros de investigação oceanográfica e haliêuticos, contribuindo assim para a integração sub-regional.



Sinergias regionais, continentais e internacionais

Enquanto parceiro técnico privilegiado da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e da União Africana, a CSRP inscreve-se numa lógica de complementaridade e convergência de esforços. Ela contribui ativamente para a implementação da Visão 2063 da União Africana e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, em particular nas áreas das pescas, da aquacultura e da economia azul.

II.2. PROJETOS E SEUS IMPACTOS

Durante os seus 40 anos de existência, a CSRP implementou vários programas/projetos que contribuiu significativamente para os Estados-membros da sub-região. Estes programas abrangem uma grande variedade de temas, que vão da investigação à gestão das pescas, ao controlo e à fiscalização das pescas. Os programas/projetos mais estruturantes são apresentados abaixo.

II.2.1. Plano de ação sub-regional para a conservação e a gestão sustentável dos tubarões - PSRA - Tubarões

PSRA-Tubarões: UM PROGRAMA ESTRATÉGICO PARA A PROTEÇÃO DE TUBARÕES NA ÁFRICA OCIDENTAL

O Projeto PSRA-Tubarões, implementado pela CSRP de 2005 a 2011, foi desenvolvido em resposta ao Plano de Ação Internacional para Tubarões da FAO. Na zona CSRP, a exploração direcionada de raias e tubarões (ou tubarões em geral) intensificou-se desde a

década de 1970 com o desenvolvimento do comércio de barbatanas, acelerado após a desvalorização do franco CFA em 1994. Frente aos riscos de escassez de stocks de tubarões e as suas consequências para a biodiversidade e ecossistemas, os Estados-membros da CSRP puseram em prática uma estratégia sub-regional para a conservação destas espécies particularmente vulneráveis.

Este projeto, financiado em 1,2 milhões de euros pela FIBA, iniciado após a adoção do PSRA-Tubarões em 2001, incidiu sobre vários aspetos relacionados com a investigação, os estudos de campo, o desenvolvimento de medidas de gestão e harmonização das regras a nível sub-regional. O projeto adotou uma abordagem sub-regional coordenada pelas direções das pescas e instituições de investigação dos Estados-membros da CSRP, criando um quadro de colaboração eficaz para proteger estas espécies de qualquer forma de exploração indevida.



PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

O PSRA-Tubarões contribuiu para chamar atenção das populações contra as ameaças que pairam sobre os tubarões na sub-região através de atividades de sensibilização e de capitalização. Em termos de dados científicos, melhorou as bases de dados existentes e criou redes de investigadores em todos os Estados membros da CSRP para monitorizar os desembarques, criando assim bases de dados completas sobre as capturas e o esforço de pesca. Foram realizados estudos aprofundados sobre as migrações dos tubarões e as trajetórias de pesca. O reforço das capacidades resultou na formação de mais de uma centena de observadores, técnicos e gestores e na produção de um guia para a identificação de espécies de raias e tubarões da África Ocidental. A nível institucional, o projeto permitiu o desenvolvimento e a adoção de planos de ação nacionais para os tubarões nos sete Estados-membros da CSRP e a introdução de medidas técnicas de gestão específicas, como a cessação da pesca seletiva de determinadas espécies de tubarões

(como a raia-violão) no Parque Nacional Banc d'Arguin, na Mauritânia, ou a proibição do «finning» em Cabo Verde, na Gâmbia, Guiné e Senegal.

IMPACTOS DO PROJETO

O PSRA-Tubarões permitiu afinar os dados estatísticos por espécie, melhorar a compreensão da biologia e da ecologia do tubarão e identificar com precisão as zonas e as técnicas de pesca. A investigação suscitou o engajamento político dos governos, melhorou a qualidade dos pareceres científicos na tomada de decisões e fez evoluir as legislações em matéria de exploração dos tubarões. A sensibilização das partes interessadas sensibilizou os profissionais da pesca (pescadores e transformadores), os decisores e os cientistas sobre a fragilidade do recurso, suscitando assim pedidos de acompanhamento para a conversão das atividades alternativas a fim de melhorar a imagem desses espécies junto do público.

Representando um importante passo em frente para a conservação e gestão sustentável dos tubarões na África Ocidental, este projeto contribuiu para proteção destas espécies particularmente vulneráveis através de uma abordagem participativa e multidisciplinar, estabelecendo ligações entre os intervenientes e as autoridades políticas.

II.2.2. Apoio à CSRP para o desenvolvimento de iniciativas de cogestão e integração das AMP na gestão das pescas na África Ocidental – COGESTÃO/AMP

UMA INICIATIVA INOVADORA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DAS PESCAS NA ÁFRICA OCIDENTAL

Implementado de 2008 a 2013 pela CSRP com o apoio financeiro da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) no valor de 5 milhões de euros, este projeto



teve como objetivo contribuir para a estabilidade ambiental, económica e política na África Ocidental. Adotou uma abordagem em duas vertentes: por um lado, o desenvolvimento da cogestão que envolve diretamente as comunidades piscatórias nas decisões de gestão das pescas; por outro lado, a integração das Áreas Marinhas Protegidas (AMP) como instrumentos de gestão dos recursos haliêuticos. A CSRP coordenou este projeto em parceria com as administrações nacionais das pescas, organizações profissionais, gestores de AMP, instituições nacionais de investigação oceanográfica e de pesca dos seus Estados-membros, criando assim uma sinergia sub-regional sem precedentes para a governação das pescas.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

O projeto transformou a abordagem da gestão das pescas na sub-região através de uma série de ações complementares. Em termos de cogestão, permitiu realizar um inventário sub-regional e diagnosticar as capacidades das organizações profissionais, conduzindo ao desenvolvimento participativo de planos de desenvolvimento, particularmente na Guiné. Foram efetuados estudos sobre o impacto das AMP utilizando métodos normalizados. Foi prestado apoio técnico e reforço institucional aos Estados-membros para a gestão das AMP através de seminários de formação, ações de capitalização e a criação de uma rede regional para intercâmbio de informações sobre boas práticas e decisões de gestão das pescas. Este projeto foi culminado por um simpósio de apresentação dos resultados do estudo sobre o estado da arte das AMP em todo o mundo. Os resultados deste simpósio foram registados num livro intitulado «Áreas Marinhas Protegidas na Gestão das Pescas».

IMPACTOS DO PROJETO

O projeto reforçou as capacidades institucionais da CSRP, posicionando a organização como uma referência regional nas políticas de pesca integrando a abordagem ecos sistêmica, mas também nas AMP. A consulta entre as partes interessadas melhorou, criando espaços para um diálogo construtivo entre pescadores, administrações e cientistas. As organizações profissionais ganharam legitimidade e competências. Por último, o projeto contribuiu para estabelecimento das AMP como instrumentos eficazes para a gestão das pescas, para além da sua função de conservação.

O projeto iniciou a gestão sustentável dos recursos haliêuticos na zona CSRP, integrando as dimensões ecológica (AMP) e socioeconómica (cogestão) nas políticas de gestão das pescas.

II.2.3. Programa Regional das Pescas da África Ocidental - PRAO

INICIATIVA COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DAS PESCAS DA ÁFRICA OCIDENTAL

O Programa PRAO, aprovado pelo Banco Mundial em 2009 para os sete Estados membros da CSRP, nomeadamente, Gana e Libéria, visava aumentar de forma sustentável a riqueza gerada pelos países da África Ocidental através de uma melhor gestão da pesca costeira. Financiado por um investimento líquido de 2,5 milhões de dólares dos fundos nacionais e regionais da AID, bem como do Fundo Mundial para o Ambiente (FEM), o PRAO foi estruturado em quatro componentes fundamentais: gestão dos recursos haliêuticos, redução da pesca ilegal, criação de infraestruturas para domiciliar o valor acrescentado do sector das pescas, e a coordenação regional, assegurada pela CSRP, através de uma Unidade de Coordenação Regional. Esta abordagem integrada permitiu dar resposta aos grandes desafios do sector, entre os quais o esgotamento dos recursos haliêuticos, a fraca capacidade institucional e a exploração excessiva pelos navios estrangeiros.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

O Programa PRAO desempenhou um papel decisivo na dinâmica da integração sub-regional para a gestão sustentável dos recursos haliêuticos. Houve um impacto significativo para a CSRP e nos 9 países (CSRP + Gana + Libéria) incluídos. Foram desenvolvidas várias atividades nesses países em vários aspetos, incluindo um apoio substancial à investigação científica, nomeadamente através do financiamento de campanhas de avaliação dos stocks, da elaboração de planos de gestão e do desenvolvimento dos principais recursos.

O programa investiu também fortemente na luta contra a pesca INN, prestando apoio de qualidade aos centros nacionais de fiscalização através da aquisição de equipamento, mas também através do financiamento de operações de controlo e fiscalização no mar. O PRAO financiou igualmente o processo de adoção da Convenção relativa ao Monitoramento, Controlo e Fiscalização, cujo objetivo é de coordenar e organizar melhor os meios de luta contra a pesca INN. Foi criado também um registo regional dos navios de pesca industrial.

Além disso, no âmbito dos esforços para melhorar a transparência no sector das pescas, o programa permitiu o desenvolvimento de uma base de dados regional desenvolvido através de um processo

participativo e de consulta dos países em causa. As equipas nacionais receberam formação sobre a gestão e atualização dos dados de avaliação nacionais. Na mesma senda, foram fornecidos equipamentos aos países.

Considerando a importância da sensibilização, o PRAO trabalhou na criação de redes de jornalistas, a fim de transmitir a mensagem da necessidade de executar políticas de pesca adequadas e informar os pescadores sobre as melhores práticas de pesca para garantir a sustentabilidade da pesca. Foram criadas Associações de Cogestão com membros eleitos com estatutos e regulamentos legalmente registados junto das instituições governamentais relevantes.

IMPACTOS DO PROJETO

O registo regional financiado pelo PRAO contou com o apoio dos países envolvidos. Demonstrou a necessidade de um instrumento eficaz sobre os principais indicadores do sector das pescas. O registo não só fornece informações sobre a situação da pesca, como também garante um nível de transparência que pode ajudar numa boa gestão e, assim, evitar abusos indesejados.

O PRAO iniciou a implementação do registo sub-regional dos navios de pesca, um instrumento importante na luta contra a pesca INN e um mecanismo de financiamento sustentável para as atividades SCS. Apoiou o reforço dos centros nacionais de SCS, a fim de os dotar de meios e instrumentos adequados para combater eficazmente a pesca INN, bem como quaisquer outras más práticas no sector. Participou na finalização do processo de adoção da Convenção, Monitoramento, Controlo e Fiscalização pelos Estados-membros. Elaborou também um guia operacional para a aplicação do Acordo da FAO de 2009 sobre medidas do Estado do porto para prevenir, impedir e eliminar a pesca INN, que é o primeiro acordo internacional vinculativo especificamente orientado para a pesca INN.

O PRAO continua a ser um grande projeto que tem apoiado a investigação científica, a gestão das pescas e a monitorização, controlo e fiscalização das atividades das pescas. Permitiu igualmente implementar e manter um instrumento inovador em matéria de transparência das pescas (Dashboard) e um registo sub-regional dos navios, um instrumento importante na luta contra a pesca INN.

II.2.4. Abordagem ecossistémica da gestão das pescas e do meio marinho nas águas da África Ocidental – AWA

INICIATIVA PIONEIRA PARA A GESTÃO ECOSISTÉMICA DOS RECURSOS MARINHOS NA ÁFRICA OCIDENTAL

A AWA começou com uma 1ª fase de construção em 2012, entre cientistas africanos e europeus, atualmente aceite como um padrão de boas práticas. Financiado entre 2013 e 2018 pelo IRD e pelo BMBF num montante de 2,1 milhões de euros, desenvolveu a abordagem ecossistémica da pesca e da gestão do ambiente marinho (EAMME). Esta abordagem permitiu transcender a abordagem sectorial nas suas dimensões agrícolas (pescas e aquacultura) e ambiental (marinha) em sentido lato. A AWA mobilizou mais de uma centena de instituições, incluindo universidades e organizações de investigação de cerca de trinta países, criou assim uma rede internacional sem precedentes de competências para o estudo e preservação dos ecossistemas marinhos da África Ocidental.

Inovador na sua abordagem EAMME, o projeto abrangeu 42 laboratórios fundadores, reforçados por um acordo de consórcio com o projeto europeu PREFACE, elevando o número de laboratórios parceiros a 52 e abrindo-se à componente climática «oceano - pescas» pela 1ª vez na região.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

As realizações centram-se na monitorização dos recursos haliêuticos e na análise do funcionamento do seu ambiente, combinando estudos ecossistémicos, monitorização biológica, física e socioeconómica, bem como exercícios avançados de modelização. O projeto tornou-se um marco ao produzir mais de 400 artigos internacionais, mais de 200 artigos revisados por pares, treinou mais de 70 alunos, realizou 18 campanhas de pesquisa oceanográfica, muitas vezes interdisciplinares, dois cursos de verão, 7 conferências internacionais, mas também 4 reuniões de alto nível. O projeto tem possibilitado o reforço de competências a nível institucional e técnico e também a formação de investigadores e estudantes. A disseminação do conhecimento resultou na realização anual de conferências internacionais e interdisciplinares do ICAWA durante os 5 anos do projeto. Estas conferências, para além das sessões temáticas que reuniram especialistas de renome internacional, permitiram a organização de eventos paralelos que reuniram decisores, gestores e cientistas. Sendo um verdadeiro fórum de intercâmbio, as conferências da ICAWA levantaram uma série de questões que a região ainda enfrenta.



IMPACTOS DO PROJETO

O projeto AWA reforçou a cooperação regional entre os Estados-membros da CSRP e os da CPCO, em particular através da criação de um grupo de trabalho regional capaz de responder aos desafios da sobrepesca, das alterações climáticas e da poluição marinha, que são agora amplamente aceites como os principais fatores de tensão do ecossistema na região. Permitiu também elaborar a Declaração do Clima Oceânico de Dakar (pré-COP21) e contribuir para o estabelecimento, na COP22, da Iniciativa Cintura Azul (BBI) e do « African Package » para economias oceânicas resilientes às alterações climáticas em África.

O projeto AWA lançou as bases para a criação de um observatório da África Ocidental para uma abordagem ecossistémica transdisciplinar e intersectorial em torno da sustentabilidade dos recursos haliêuticos e dos seus habitats, abrangendo os temas da pesca, oceano, litoral, clima e sociedade. Ele permitiu reforçar os conhecimentos especializados da África Ocidental e proporcionou uma plataforma para intercâmbios entre cientistas, gestores e decisores políticos.

II.2.5. Apoio à gestão sustentável dos stocks de pequenos pelágicos na zona CSRP a AGD-Pelágicos) INICIATIVA ESTRATÉGICA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS PEQUENOS PELÁGICOS

Financiado pela Fundação MAVIA no valor de 2,6 milhões de euros, o projeto «AGD-Pelagics» foi implementado pela CSRP de 2018 a 2022. Contribuiu para melhorar os sistemas de recolha de dados e de conhecimentos sobre stocks de pequenos pelágicos, com vista a reforçar a cooperação sub-regional em matéria de investigação sobre as unidades populacionais de pequenos pelágicos e para avaliar a governação das zonas costeiras para os pequenos pelágicos. A CSRP liderou esta iniciativa em colaboração com os institutos nacionais de investigação oceanográfica e pesqueira (ISRA/ CRODT - SENEGAL, MFWR/FD - GÂMBIA, INIPO - GUINÉ-BISSAU, IMROP - MAURITÂNIA, CNSHB -

GUINÉ) e parceiros estratégicos (IRD, CSE, TMT, UBC), criando uma sinergia sub-regional eficaz para a gestão científica e sustentável dos recursos haliêuticos.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

O projeto transformou a abordagem da gestão dos pequenos pelágicos na sub-região através de um conjunto de atividades complementares. Em termos de recolha de dados, permitiu a desmaterialização e harmonização sub-regional das fichas de inquérito nacionais nos locais de desembarque. Os centros de investigação foram equipados, os investigadores recrutados e/ou formados, o equipamento adquirido (veículos, ciclo motores, equipamento informático). Em seguida, um sistema usando tablets digitais foi implantado em cinco países para padronizar a coleta de dados, combinando dados ambientais, oferecendo assim aos pesquisadores uma nova prerrogativa e facilitando o intercâmbio com centros de pesquisa. Foi criada uma aplicação móvel (ODK Collect) para permitir que as informações recolhidas nos locais de desembarque sejam transmitidas aos centros de investigação através de semi-transmissão. Em termos de melhoria dos conhecimentos científicos, o projeto contribuiu para identificar e caracterizar as zonas críticas para os pequenos pelágicos, o que resultou na criação de um atlas dinâmico de sítios críticos. Em colaboração com a UBC, foram organizados cursos de formação sobre métodos de avaliação de stocks em situações de escassez de dados. Os cientistas da sub-região também beneficiaram de um reforço de capacidade sobre a utilização dos dados AIS e VMS dos navios para combater a pesca ilegal.

IMPACTOS DO PROJETO

O projeto permitiu melhorar significativamente a qualidade dos dados de pesca, com uma redução dos erros de introdução de dados, a eliminação da etapa de transcrição, oferecendo assim uma poupança de tempo significativa no processamento das informações dos locais de desembarque. Os investigadores dos centros de investigação foram recrutados, equipados, formados e ligados à rede

«aos olhos e ouvidos da costa». As suas competências foram alargadas ao ambiente. A cooperação entre instituições de investigação foi reforçada e levou à produção de artigos revistos por « Peer reviewed ». O intercâmbio de informações entre os Estados-membros foi melhorado e o centro de investigação adotou um formato sub-regional normalizado. A colaboração entre as instituições de investigação e as estruturas de monitorização das pescas intensificou-se, criando espaços de diálogo entre cientistas e administradores das pescas.

O projeto aumentou o conhecimento dos habitats críticos para os pequenos pelágicos e consolidou a base científica para o desenvolvimento de políticas adequadas para a governação das zonas de pesca. A desmaterialização dos sistemas de recolha de dados, a identificação de sítios críticos e a modelação bioeconómica que são sucessos assumidos pelos intervenientes.

II.2.6. Programa para o Melhoria da Governação Regional das Pescas na África Ocidental - PESCAO

INICIATIVA ESTRATÉGICA DE LUTA CONTRA A PESCA ILEGAL NA ÁFRICA OCIDENTAL

A componente 2 do programa PESCAO dedicada à luta contra a pesca INN, financiada pela União Europeia (UE) e executada pela CSRP, faz parte de uma abordagem estratégica para consolidar e apoiar os resultados de projetos anteriores de combate à pesca ilegal. Entre 2011 e 2013, o projeto MCF/UE financiado pela UE lançou as bases para uma fiscalização sub-regional coordenada com a criação de um registo sub-regional de navios e o reforço das capacidades das estruturas nacionais de fiscalização. Em seguida, a componente MCF do projeto GoWAMER implementada de 2016 a 2017, com o apoio financeiro da UE, realizou atividades sub-regionais através de

campanhas de monitorização conjuntas. Do mesmo modo, a CSRP elaborou projetos de planos de gestão da etmalose para cinco países (Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Mauritânia e Senegal), cuja preparação é ilustrada em filmes nacionais. Além disso, a CSRP desenvolveu uma estratégia sub-regional «Etmalose» no âmbito do mesmo projeto. O projeto PESCAO, com um financiamento de 3.625 milhões de euros, de 2018 a 2023, tem dado um passo fundamental no reforço dos mecanismos anteriormente implementados pela CSRP, tendo em conta os ensinamentos retirados de projetos anteriores. Esta continuidade de ação permitiu construir gradualmente um sistema coerente de combate à pesca ilegal nos sete Estados-membros da CSRP.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

O projeto PESCAO levou a cabo importantes ações que vão desde a harmonização dos quadros jurídicos dos Estados-membros do alinhamento da sua legislação com as normas internacionais, até ao desenvolvimento e/ou atualização de planos de ação nacionais de combate à pesca ilegal, reforçando assim o quadro regulamentar regional. A nível operacional, o PESCAO organizou várias operações conjuntas de fiscalização que permitiram inspecionar mais de 700 navios na sub-região e embarcar quase uma centena deles por diversas infrações. O projeto também permitiu que o Grupo de Trabalho SCS da CSRP se reunisse regularmente, fortalecendo o intercâmbio de informações entre seus Estados membros. A infraestrutura e o equipamento MCF foram significativamente melhorados, criando uma rede de fiscalização mais integrada. Além disso, o PESCAO contribuiu no reforço das capacidades de cerca de 300 inspetores das pescas, incluindo cerca de trinta mulheres e de trinta operadores de centros de monitorização, no equipamento do pessoal dos centros nacionais MCF e no funcionamento do Dashboard.

IMPACTOS DO PROGRAMA

Os impactos do projeto PESCAO são muito mais significativos quanto se baseiam nos resultados de projetos anteriores, criando um efeito cumulativo. A harmonização dos quadros jurídicos contribuiu para colmatar lacunas na luta contra a pesca ilegal e para melhorar a transparência na gestão das pescas. A congregação de recursos dos Estados membros da CSRP reforçou consideravelmente a eficácia das operações de fiscalização, tal como evidenciado pelos resultados dos apresamentos. A comunicação entre as estruturas nacionais do MCF e o centro regional foi consideravelmente reforçada.



O projeto PESCAO completa uma década de esforços coordenados para construir um sistema sub-regional eficaz para combater a pesca ilegal. Ao tirar partido das realizações de anteriores dos projetos MCF, não só reforçou as capacidades técnicas e institucionais, mas também estabeleceu uma dinâmica de integração sub-regional sustentável na governação das pescas. Esta abordagem sequencial e cumulativa demonstra a importância de uma visão a longo prazo e da continuidade da ação para enfrentar os complexos desafios do combate à pesca ilegal na zona CSRP.



III. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES E SUCESSOS

Ao longo dos seus 40 anos de existência, a CSRP produziu uma série de realizações que lhe permitiram posicionar-se como uma organização de cooperação de referência que pode gradualmente migrar para um mandato de gestão dos recursos haliêuticos. Estas realizações em benefício dos seus Estados-membros dizem respeito: (i) à harmonização das políticas e legislações dos Estados-membros, (ii) à investigação e gestão das pescas e, (iii) ao monitoramento, controlo e fiscalização das atividades de pesca.

III.1. HARMONIZAÇÃO DAS POLÍTICAS E DA LEGISLAÇÃO

Entre as suas realizações, contam-se a elaboração e assinatura de convenções e protocolos destinados a estreitar relações de cooperação entre os Estados membros da CSRP.

III.1.1. Convenção sobre as Condições Mínimas de Acesso aos Recursos haliêuticos, vulgo «Convenção CMA».



A Convenção sobre a «Determinação das Condições de Acesso e de Exploração dos Recursos Haliêuticos ao largo das costas dos Estados-membros da CSRP» foi adotada. No contexto da rápida evolução do quadro jurídico regional e internacional, os Estados-membros da CSRP decidiram, em 8 de junho de 2012, atualizá-lo. Esta atualização levou à adoção da Convenção sobre a «Determinação das Condições de Acesso e de Exploração dos Recursos Haliêuticos nas Zonas Marítimas sob a Jurisdição dos Estados membros da CSRP» ou, simplesmente, «CMA». A Convenção, considerada como um instrumento jurídico sub-regional inovador, entrou em vigor em 16 de setembro de 2012.

A Convenção CMA visa, em especial, promover a conservação, a gestão e a exploração sustentável dos recursos haliêuticos. Ela inscreve-se na vontade dos Estados de assegurar a harmonização das políticas com vista a uma melhor exploração dos recursos haliêuticos. Ela abrange, nomeadamente, um conjunto de disposições relativas ao acesso dos navios terceiros aos recursos, às condições de conservação e gestão das medidas da competência do Estado e à luta contra a pesca INN, às infrações e às sanções.

Entre os elementos inovadores desta Convenção, é importante referir a inclusão, pela primeira vez, de aspetos relacionados com a pesca artesanal e também a introdução do artigo 33.º, que confere a CSRP a possibilidade de levar a questão ao Tribunal Internacional do Direito do Mar afim de obter um parecer consultivo sobre a autorização da Conferência dos Ministros.

Por último, é de salientar que foram desenvolvidos três projetos de Protocolos Adicionais à Convenção CMA sobre (i) a pesca artesanal, (ii) as AMP como instrumento de gestão das pescas e (iii) as capturas acessórias de tartarugas e aves marinhas. Um relatório final sobre a utilização da AIS para o controlo das pescas na sub-região também será apresentado em breve.

III.1.2. Convenção sobre a Cooperação Sub-regional no Exercício do Direito de Perseguição Marítima

Esta Convenção foi assinada em 1 de setembro de 1993 em Conacri, República da Guiné e tem por objetivo estabelecer as regras e procedimentos para o reforço da cooperação entre as estruturas responsáveis pela fiscalização das pescas dos Estados membros, para definir os princípios gerais que regem o direito de perseguição de qualquer navio que tente escapar ao controlo de um país cuja as regras foram violadas nas suas águas. Ela estabelece princípios fundamentais relativos à cooperação entre as partes no exercício deste direito de procedimento penal, incluindo a resolução dos efeitos resultantes do exercício desse direito. O objetivo da Convenção é permitir que um dos Estados Partes prossiga e até embarque por seus próprios meios (navio ou aeronave), «além de sua fronteira marítima, quando, após as convocações usuais permanecerem infrutíferas, se o navio tentar escapar do controlo do Estado perseguidor». A disposição emblemática desta convenção é a extensão do direito de perseguição (artigo 111.º da

Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar) ao mar territorial dos Estados-membros, a zona por excelência de plena soberania. Esta disposição da Convenção relativa ao direito de perseguição é um facto sem precedentes e único na aplicação das disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Em 1993, foi adotado um protocolo relativo à cooperação sub-regional no exercício do direito de perseguição marítima. Ela define as medidas de coordenação entre os Estados-membros da CSRP no domínio do controlo das pescas.

III.1.3. Convenção relativa ao Monitoramento, Controlo e Fiscalização das atividades de Pesca

Após 10 anos de negociações, entre os Estados-membros da CSRP decidiram por unanimidade, durante a sessão especial da Conferência de Ministros realizada à margem da «Consulta Africana em Preparação para a 3.ª Conferência dos Oceanos das Nações Unidas (UNOC-3)», realizada em 9 de outubro de 2024, em Tânger (Marrocos), proceder à assinatura da Convenção MCF.

A Convenção MCF é um instrumento jurídico sub-regional que visa organizar e coordenar a luta contra

a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada. Define as funções e responsabilidades da CSRP e dos seus Estados-membros em termos de MCF e estabelece uma melhor organização operacional do MCF, nomeadamente através da criação de uma coordenação sub-regional, de uma autoridade nacional e de um grupo de trabalho MCF (GT MCF). A Convenção MCF estabelece um registo sub-regional dos navios de pesca industrial e um mecanismo sub-regional em com vista a troca de informações sobre aspetos relacionados com as atividades MCF dos navios de pesca. Estes dois instrumentos importantes da luta contra a pesca INN asseguram a fluidez de intercâmbio entre os Estados-membros no que respeita às listas de navios, tanto regulares como os que exercem a pesca INN, mas também a partilha de experiências sobre a aplicação da « AMREP », através de inspeções de navios nos portos, são tratados na presente Convenção.

A Convenção MCF define o estatuto de observador de pesca com jurisdição sub-regional, nomeadamente os critérios de seleção, direitos e obrigações, os procedimentos de embarque/desembarque e a gestão administrativa e financeira do programa do observador de pesca com jurisdição sub-regional. As modalidades de implementação são clarificadas num protocolo de aplicação.



III.1.4. Um parecer jurídico determinante

Em 2013, a Comissão Sub-Regional das Pescas (CSRP) marcou um ponto de viragem histórico ao levar o assunto ao Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM), tornando-se a primeira organização internacional a apresentar um pedido de parecer consultivo a este órgão jurídico internacional de alto nível. Através desta iniciativa, a CSRP começou por clarificar as responsabilidades dos Estados de pavilhão em caso de pesca INN pelos seus navios nas zonas económicas exclusivas dos Estados-membros. No seu parecer consultivo, o TIDM confirmou que os Estados de pavilhão têm a obrigação de tomar todas as medidas necessárias para impedir que os seus navios exerçam atividades de pesca INN nas ZEE dos Estados-membros da CSRP, nomeadamente assegurar um controlo administrativo rigoroso, o cumprimento da



regulamentação nacional. Aplicando assim as sanções suficientemente dissuasoras. No entanto, o Tribunal esclareceu igualmente que o Estado de bandeira só pode ser responsabilizado se não tiver cumprido o seu dever de «diligência devida»; por outras palavras, um Estado que toma todas as medidas adequadas não pode ser responsabilizado pelos atos ilícitos dos seus navios.

O TIDM esclareceu igualmente que, quando um acordo de pesca é celebrado por uma organização internacional em nome dos seus membros, é essa organização — e não os seus Estados-membros individuais — que pode ser responsabilizada em caso de violação por um navio das leis de um Estado costeiro.

Por último, o parecer sublinha a necessidade de cooperação regional para a gestão sustentável dos recursos haliêuticos partilhados, em especial dos pequenos pelágicos e do atum, em conformidade com as disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Afim de concretizar este parecer histórico, a CSRP elaborou um Plano de Ação Regional para a sua implementação (PAR-TIDM), com base nos planos nacionais validados por cada um dos Estados-membros. Este plano, adotado na 28.ª sessão extraordinária do Comité de Coordenação, visa erradicar a pesca INN na zona da CSRP e melhorar a gestão dos stocks partilhados. Este articula-se em torno de cinco grandes prioridades: o reforço do quadro institucional e jurídico a nível nacional e sub-regional, desenvolvimento do sistema de monitoramento, controlo e fiscalização, a proteção da pesca artesanal dos impactos da pesca INN e gestão de forma sustentável e concertada de recursos comuns; e, por último, a informação, a sensibilização, a defesa e a valorização das realizações. Através desta abordagem, a CSRP demonstra a sua capacidade de transformar uma decisão jurídica numa alavanca estratégica, consolidando assim a sua legitimidade na governação sustentável das pescas na África Ocidental.

O recurso para o Tribunal Pleno em 2013 é inédito na história do Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM). O parecer emitido por este órgão judicial independente das Nações Unidas reforça a posição dos Estados membros da CSRP na defesa dos seus direitos marítimos e na proteção dos seus recursos haliêuticos. Para o traduzir em ações concretas, a CSRP criou um Plano de Ação Regional (RAP-ITLOS) validado pelos seus Estados-membros. Com esta iniciativa, a CSRP confirmou o seu papel de liderança na integração sub-regional para a governação das pescas baseada na lei, na solidariedade e na sustentabilidade.

III.1.5. Outras iniciativas importantes de harmonização das políticas

Para além do estabelecimento de um quadro regulamentar harmonizado, outras iniciativas importantes complementam o trabalho da CSRP na harmonização das políticas e da legislação. Estes incluem :

- A elaboração de um estudo comparativo da legislação nacional em relação à Convenção CMA que apresente de forma simples e coerente as divergências e convergências entre as legislações nacionais que regem as pescas nos Estados membros da CSRP em relação aos princípios fundamentais de gestão e conservação dos recursos haliêuticos previstos na Convenção CMA;

- O estabelecimento de um compêndio eletrónico da legislação nacional em matéria de pescas que abrange todos os regulamentos de pesca aplicáveis dos Estados-membros;

-Cartografia e análise de regulamentos pesqueiros e ambientais (Mauritânia, Senegal, Guiné);

-A criação de comitês nacionais e sub-regionais para acompanhar a governação dos recursos marinhos e costeiros e a coerência das políticas das pescas;

-Desenvolvimento de um estudo sobre a regulação, utilização efetiva e impactos da rede de monofilamentos/rede de emalhar na sub-região da CSRP.

IV.2. INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E GESTÃO DAS PESCAS



Desde a sua criação, a Comissão Sub-Regional das Pescas (CSRP) sempre defendeu que o conhecimento científico é a base de qualquer gestão sustentável dos recursos haliêuticos. Esta visão fundadora refletiu-se na criação, no seu seio, do Departamento de Investigação e Sistemas de Informação (DRSI), que passou a ser constituído como Polo de Gestão das Pescas. Um verdadeiro motor de inovação institucional, este departamento tem desempenhado um papel estruturante na conceção e implementação de projetos pioneiros, consolidando a CSRP como uma organização regional de referência na governação das pescas.

A CSRP tem promovido uma abordagem cada vez mais integrada e participativa da gestão das pescas. A promoção da cogestão e a integração das Áreas Marinhas Protegidas (AMP) como alavancas de sustentabilidade abriram caminho ao desenvolvimento do conceito de Abordagem Ecosistémica da Gestão das Pescas e do Meio Marinho (EAMME). Este quadro estratégico, iniciado pelo projeto «Cogestão e utilização de áreas marinhas protegidas como ferramenta de gestão pesqueira», foi formalizado e consolidado no projeto AWA, que mobilizou cerca de quarenta laboratórios, universidades, centros de investigação e instituições públicas da sub-região. Entre as atividades esta incluídos estudos de arte sobre a cogestão e as AMP como instrumento de gestão das pescas, apoio à criação de uma estrutura

de consulta no Ministério das Pescas da Guiné, bem como análises e recomendações específicas para reforçar a governação e a gestão das zonas marinhas protegidas nos sítios PNBA, ZMP de Kayar, Bamboung, Urok, Tristão, ZMP de Cabo Verde e Gâmbia. Ou a realização de estudos de diagnóstico das organizações profissionais com vista ao reforço das suas capacidades em termos de cogestão, a organização do workshop sub-regional para a restituição de estudos de cogestão; a revisão do plano de gestão da AMP de Bamboung (Senegal); a realização de workshops temáticos e grupos de trabalho sobre a definição de metodologias de monitorização participativa. Por último, a CSRP também realizou diagnósticos nacionais sobre a dinâmica das pescas, exercícios de modelização de cenários de governação das AMP; e capitalizou os dados da monitorização científica. A DRSI contribuiu igualmente para a formulação de três planos de gestão que integram a abordagem ecosistémica nos países membros, em particular na Mauritânia, Senegal e Guiné, e para a avaliação da contribuição dos ecossistemas marinhos para a redução da pobreza. A CSRP tem sido um parceiro fundamental no apoio técnico aos processos nacionais. Acompanhou a Assembleia Geral das Pescas na Guiné (2013), com participação técnica nos trabalhos preparatórios e de diagnóstico, bem como no desenvolvimento da estratégia nacional de pescas da Mauritânia (2014), com a elaboração de propostas de componentes técnicas, ou a consideração de questões de pesca nos DSRP de Cabo Verde, da Guiné e do Senegal.

Além disso, a CSRP apoiou na harmonização das políticas de gestão da tainha, do peixe-rabilho e das corvinas, em conjunto com a FAO/CCLME.

No âmbito dos projetos PARTAGE, Cogestion e MPA, a CSRP facilitou a criação de quadros de consulta nas Rias da Guiné-Bissau (Cacheu, Buba, Cacine), acompanhados de medidas locais de cogestão. Organizou igualmente reuniões técnicas sobre os pequenos pelágicos nos Estados-membros, apoiou o desenvolvimento, o aperfeiçoamento e a execução de planos de ação nacionais, facilitou seminários de diálogo regional sobre stocks partilhadas e estabeleceu o quadro sub-regional para o desenvolvimento e o acompanhamento dos acordos de pesca bilaterais. Por último, neste contexto, a CSRP também realizou diagnósticos das pescas, validados com as partes interessadas, e contribuiu para a coerência regional dos planos de gestão.

A CSRP realizou os estudos de viabilidade para a estruturação do sistema de informação sobre as pescas. Apoiou sinergias com observatórios

nacionais e parceiros, como a UICN e a GIZ, avaliou a disponibilidade de dados nos países membros e desenvolveu especificações para a implementação de Dashboard. Também neste contexto, a CSRP implementou uma base de dados consolidada de documentos disponíveis, anima o sítio Web regularmente com as publicações e publicou uma brochura de capitalização sobre os resultados do PSRA-Tubaroës. Editou também, resultados dos estudos sobre cogestão e AMP em várias línguas. Os projetos estruturantes implementados pela CSRP têm sido os pilares da ação regional. O projeto Cogestão-ZMP, financiado pela AFD (2008-2013), apoiou a integração de Áreas Marinhas Protegidas e a cogestão nos sistemas de gestão das pescas no Senegal, Mauritânia, Guiné, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Através de estudos de base da criação de grupos de trabalho nacionais e regionais, do desenvolvimento de ferramentas metodológicas e análises sobre a governação das AMP, este projeto reforçou a base institucional e técnica para a cogestão na sub-região.

A iniciativa AGRHAO, apoiada pela GIZ, chegou a todos os Estados-membros da CSRP (Cabo Verde, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Mauritânia, Senegal, Serra Leoa) com intervenções direcionadas aos sistemas de informação à pesca artesanal, aos quadros jurídicos e às técnicas de pesca. O estudo regional sobre as redes de monofilamento e o mapeamento dos quadros regulamentares da pesca e do ambiente, realizado na Mauritânia, no Senegal e na Guiné com a UICN, reforçaram os instrumentos de apoio à decisão e os processos de consulta intersectoriais. O projeto sobre os pequenos pelágicos, financiado pelos Países Baixos e pela AFD, apoiou a criação de comités nacionais e de um comité consultivo regional. Entre os quais, a Mauritânia, o Senegal e a Gâmbia, com uma extensão à Guiné, Guiné-Bissau e Serra Leoa. Elaboração de planos de gestão, seminários de consulta, avaliações socioeconómicas e estudos de governação permitiram estruturar uma abordagem coerente para a gestão sustentável dos stocks partilhados.

O principal objetivo do projeto CEPIA (Elaboração e test in situ de métodos de monitorização e avaliação da eficácia das AMP para a gestão das pescas/Apoio à revisão de planos de gestão de AMP selecionados) teve como objetivo desenvolver e fornecer ferramentas metodológicas para promover a integração das AMP nos instrumentos de gestão das pescas na África Ocidental. Como resultado do trabalho realizado pelos projetos e das várias entregas, os países da

região dispõem de uma variedade de instrumentos complementares para reforçar a utilização das AMP na gestão do sector das pescas.

A CSRP tem-se afirmado como um ator estratégico regional, articulando a produção científica, o apoio às políticas nacionais, a facilitação de consultas e a defesa dos interesses coletivos nos fóruns internacionais. Através da sua ação, consolidou os alicerces de uma governação sustentável das pescas, baseada na ciência, na consulta e na integração regional.

III.3. MONITORAMENTO, CONTROLO E FISCALIZAÇÃO DAS PESCAS

Num contexto marcado pelo aumento da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN) nas águas da África Ocidental, a CSRP mediu rapidamente a dimensão dos desafios e comprometeu-se a dar uma resposta estruturada, unida e ambiciosa. Consciente de que a luta contra este flagelo não pode ser levada a cabo isoladamente, tem trabalhado no sentido de estabelecer mecanismos de cooperação entre os seus Estados-membros, mobilizando simultaneamente parcerias técnicas e financeiras para apoiar este esforço coletivo.

Programas de grande envergadura, como o GoWAMER e o PESCAO, permitiram assim à CSRP de desenvolver competências operacionais reconhecidas na luta contra a pesca INN. Seguiram-se projetos como os AFR 010 e 013, os primeiros projetos de grande escala implementados pela CSRP para operacionalizar a política sub-regional de combate à pesca ilegal (Convenção sobre a Cooperação Sub-regional no Exercício do Direito de Perseguição Marítima e respetivo Protocolo sobre as Modalidades Práticas para a Coordenação das Operações de fiscalização nos Estados-membros da CSRP (1993). A Unidade de Coordenação das Operações de fiscalização da CSRP foi criada em 1995 em Banjul para assegurar a coordenação das atividades sub-regionais de fiscalização das pescas e o reforço das capacidades do pessoal e das estruturas de fiscalização das pescas dos Estados-membros. A CSRP apoiou a criação de estruturas nacionais de fiscalização das pescas nos ministérios das pescas de cada Estado-Membro. Ela facilitou a plena adesão ao plano de ação internacional para prevenir, impedir e eliminar a pesca INN. Apelou solenemente à comunidade internacional com vista a prestar apoio quanto à cooperação dos Estados-membros da CSRP na sua luta contra a pesca INN. Este apelo solene foi bem

acolhido pela União Europeia, que financia projetos sub-regionais de combate à pesca INN desde 2011 (o primeiro foi o projeto SCS/UE/UEMOA (2011 e 2013)). Na mesma senda a CSRP desenvolveu e realizou as primeiras operações conjuntas de controlo das pescas, bem como a criação de um registo sub-regional dos navios de pesca industrial. Reforçou as estruturas nacionais de MCF e elaborou um documento sobre os mecanismos de sustentabilidade do financiamento dos MCF na zona da CSRP.

Este resultado favorizou nomeadamente, o reforço das capacidades dos serviços nacionais de Monitorização, Controlo e Fiscalização (MCF) através da formação técnica e fornecimento de equipamento à certas unidades que se encontravam com falta de equipamentos em boas condições. Para além do apoio institucional, esses resultados permitiram a realização de inúmeras operações conjuntas de fiscalização no mar, mobilizando vários países em torno dos objetivos comuns de controlo e dissuasão. Neste contexto, a CSRP tem desempenhado um papel central no desenvolvimento e modernização dos instrumentos jurídicos regionais, em apoio à legislação nacional. A Convenção sobre as Condições Mínimas de Acesso (CMA), a Convenção sobre o Direito de Perseguição e a Convenção sobre a Monitorização, Controlo e Fiscalização (CMCF) foram criadas sob a sua liderança. Ofereceu aos Estados-membros uma base jurídica comum com vista a agirem de forma concertada. Ao mesmo tempo, foi criado o grupo

de trabalho MCF, enquanto espaço estratégico que permite o intercâmbio entre gestores operacionais e técnicos dos Estados-membros.

O reforço da luta contra a pesca INN baseou-se igualmente numa harmonização gradual dos instrumentos de controlo e dos sistemas de informação. A CSRP incentivou a normalização das bases de dados nacionais e a criação de painéis de avaliação partilhados, assentes em indicadores comuns relativos às frotas de pesca, às licenças, ao esforço de pesca e ao esforço de controlo. Foi desenvolvida uma estratégia sub-regional de MCF, acompanhada de um plano de ação pormenorizado, para orientar os Estados nos seus esforços de coordenação. Do mesmo modo, foi elaborado um documento estratégico sobre mecanismos de financiamento sustentável para o MCF, a fim de assegurar a sustentabilidade dos ganhos. O apoio à aplicação de medidas concretas resultou igualmente na publicação de um guia operacional sobre as medidas do Estado do porto, contribuindo para o reforço dos controlos portuários na sub-região. Através do seu empenho constante e dos resultados obtidos, a CSRP tem sido capaz de afirmar o seu papel de liderança na luta contra a pesca INN na África Ocidental. Contribuiu, assim, para restaurar a soberania dos Estados sobre os seus recursos marinhos, ao mesmo tempo que lançou as bases para uma governação coletiva, eficaz e sustentável da pesca marinha.



IV. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS: 40 ANOS DE COMPROMISSO, UM RUMO REFORÇADO PARA O FUTURO

Desde a sua criação, a CSRP tem estado envolvida num processo destinado a apoiar os seus Estados membros numa dinâmica progressiva cujo objetivo é estimular a cooperação para uma gestão sustentável, concertada e solidária dos recursos haliêuticos. Através dos seus sucessivos planos estratégicos, tem sido capaz de desenvolver as suas prioridades para responder aos desafios emergentes, consolidando simultaneamente as realizações da governação sub-regional.

IV.1. LANÇAMENTO DAS FUNDAÇÕES

Trabalhando há muitos anos com planos anuais, a CSRP decidiu de se inscrever num plano a longo prazo. Por exemplo, o primeiro plano estratégico (2003-2008) da CSRP lançou as bases para a cooperação institucional em torno da gestão de recursos partilhados, com base em colaborações que começaram com a Comissão para a Conservação e Preservação dos Recursos Haliêuticos (CCHRF), criada em 1976 entre o Senegal, a Mauritânia e a Gâmbia. O primeiro plano estratégico permitiu estabelecer os primeiros quadros jurídicos comuns, estimulando a consulta política entre os Estados e estruturando os órgãos de direção.

IV.2. RUMO A UMA GOVERNAÇÃO SUB-REGIONAL ESTRUTURADA

O segundo plano estratégico (2011-2015) reforçou o papel normativo da CSRP, com a adoção de convenções sub-regionais fundamentais, a expansão das missões do Secretariado Permanente e a intensificação dos esforços de combate à pesca ilegal. A CSRP afirmou-se como ator central no diálogo sub-regional sobre a matéria da gestão das pescas.

IV.3. A INTEGRAÇÃO ENTRE CIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE

Com o seu terceiro plano estratégico (2019-2023), a CSRP integrou plenamente os desafios de sustentabilidade e resiliência nos seus eixos estratégicos: a abordagem ecossistémica, a promoção da investigação científica, a promoção local dos produtos, o emprego no setor das pescas e prefiguração de questões relacionadas com o desenvolvimento da aquacultura sustentável.

IV.4. UM NOVO RUMO PARA 2025-2029

Com base nas realizações anteriores, o plano estratégico 2025-2029, que será submetido à aprovação da conferência de ministros em julho de 2025. Ele transmite uma visão ambiciosa, a saber: fazer da CSRP uma alavanca para a soberania sub-regional sobre os recursos marinhos e interiores, um ator central na investigação colaborativa entre os Estados-membros e uma força motriz para políticas públicas sustentáveis, das empresas inclusivas e resilientes que se apropriam explicitamente do conceito de sustentabilidade. Este plano está estruturado em torno de seis eixos estratégicos que reforçam compromissos anteriores e, ao mesmo tempo, abrem novos horizontes de ação face aos desafios globais como: a governação, a ciência, a monitorização do setor das pescas, a economia azul, o clima e o reforço institucional.

IV.5. UMA TRAJETÓRIA DE CONSOLIDAÇÃO E ADAPTAÇÃO CONTÍNUA

A evolução dos planos estratégicos reflete o amadurecimento do mandato da CSRP, que passou de uma lógica de coordenação desde início, para uma função normativa e de estruturação técnica, na década de 2010, e depois para uma função de influência estratégica, científica e diplomática, nos últimos anos. A CSRP é atualmente um ator principal nas políticas oceânicas na África Ocidental, reconhecido pela sua capacidade de articular prioridades sub-regionais e regionais com objetivos continentais (Visão 2063) e internacionais, por exemplo. ODS, Agenda Climática, Década dos Oceanos.



Uma diversidade de parceiros empenhados

Durante 40 anos, a CSRP contou com um vasto leque de parceiros envolvidos na governação dos oceanos, na cooperação para o desenvolvimento, na investigação científica e no apoio às comunidades piscatórias. Estes parceiros dividem-se em várias categorias, ilustradas pelos principais intervenientes :

• Organizações inter governamentais



• Doadores e agências de cooperação



• Parceiros da ONU



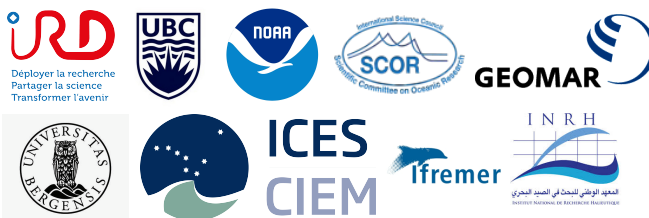
• Organizações Profissionais



• Organizações não governamentais

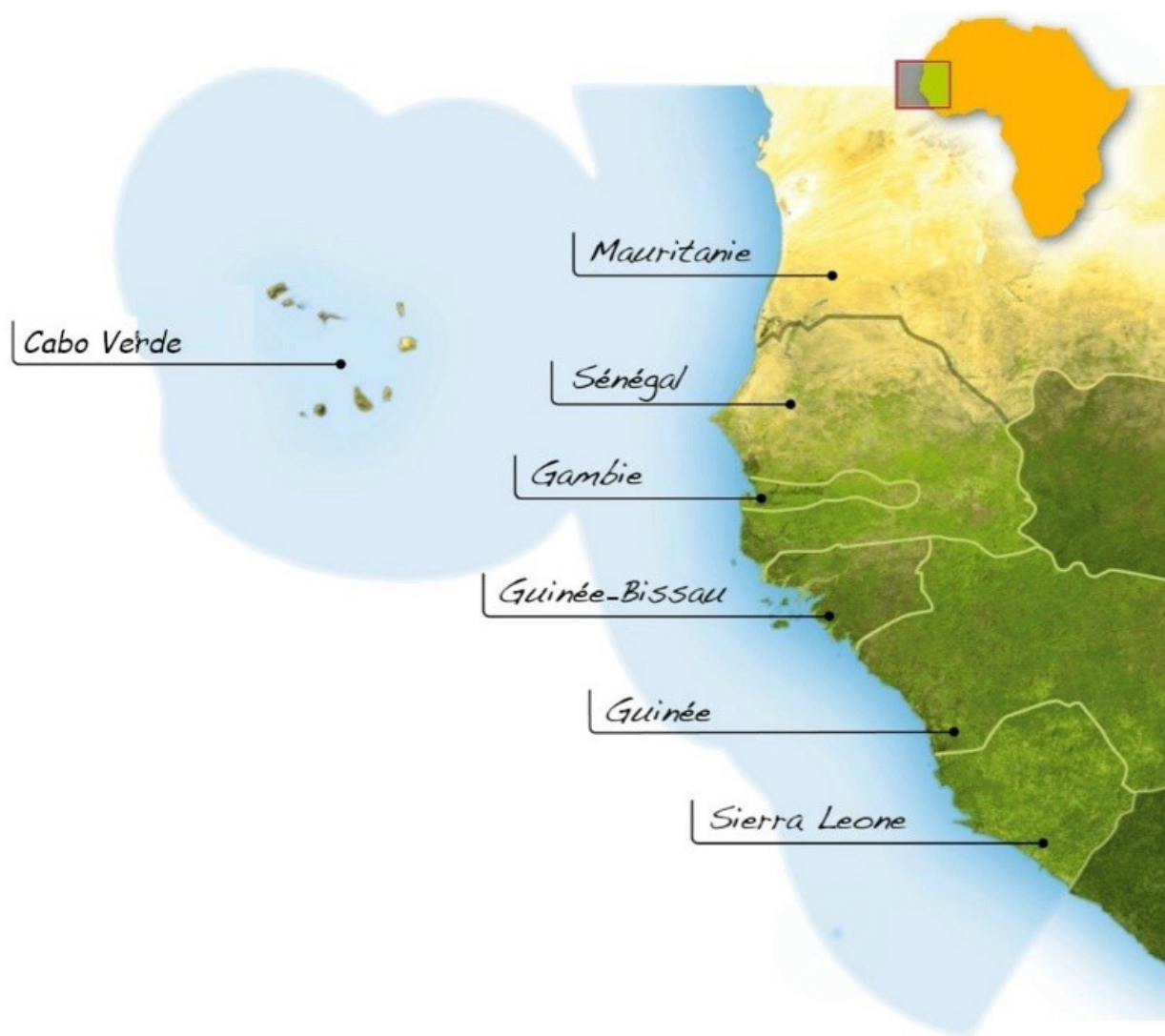


• Institutos científicos e técnicos









COMMISSION SOUS-RÉGIONALE DES PÊCHES
SUB-REGIONAL FISHERIES COMMISSION

Secrétariat Permanent de la CSR/P

221, Allées Serigne Ababacar SY N°5218 Sicap Liberté IV

BP 25485 - Dakar, Fann, Sénégal

Téléphone : (+221) 33 864 04 75

Fax : (+221) 33 864 04 77

Email : spcsrp@spcsrp.org

Site web : www.spcsrp.org

